



UNIÃO
NACIONAL
DOS
ESTUDANTES

Objetivos específicos da gestão (2017-2019)

1. Finanças

1. Aprovação do orçamento da gestão;
2. Manter a publicação de balancetes na internet;
3. Reuniões semestrais do Conselho Fiscal da UNE;
4. Trabalhar pela completa implantação da Lei da Meia Entrada;
5. Valorização da carteira da UNE;
6. Atuação junto à rede do ME para adesão ao sistema nacional de Carteiras da UNE (regularização de entidades e política de repasses);
7. Desenvolvimento de uma reforma organizacional da UNE (saneamento das dívidas e ajuste das despesas à realidade das receitas da entidade);
8. Diversificação e ampliação das fontes de captação para os eventos;
9. Edição de produtos e publicações e envio para as entidades gerais (UEEs e DCEs);

2. Comunicação

1. Organização do 1º Encontro de Comunicação da União Nacional (ECOM) dos Estudantes;
2. Organizar e consolidar a rede de comunicação do movimento estudantil;
3. Potencializar as ações nas redes sociais;
4. Periodicidade do Jornal Nossa Voz e revista Movimento, bem como ampliação de sua distribuição;
5. Promover oficinas de comunicação nas atividades, eventos e campanhas da UNE;
6. Elaborar uma cartilha de comunicação;
7. Estruturar campanhas prioritárias para gestão, exemplo: “Defesa da Universidade Pública, gratuita e de qualidade”;
8. Fortalecer a TV UNE, com programação permanente e transmissão de todas atividades relacionadas a gestão;
9. Reestruturação do mailing da UNE, para atualizar a rede da entidade virtualmente e em mala direta;
10. Registro audiovisual de campanhas e atividades do movimento estudantil;
11. Campanha pela democratização da mídia, aprovação da Lei da Mídia Democrática;
12. Ampliar participação da UNE no FNDC;
13. Fomentar o uso do aplicativo digital;
14. Ampliar a assessoria de comunicação, tendo em vista ser um dos principais eixos de comunicação com a sociedade;
15. Fomentar a interação com as UEEs, DCEs, DAs e CAs, elaborando e produzindo conteúdo em conjunto;

3. Relações institucionais

1. Articular uma grande campanha para a derrubada da PEC da Redução da Maioridade Penal em debate na CCJ do Senado Federal;
2. Elaborar estratégias para retomar Projetos de Lei importantes para a UNE como o PL 6489/06 - Contra o aumento das mensalidades, criação do INSAES, etc;
3. Propor ao Congresso Nacional novos Projetos de Lei que são de interesse e demanda dos estudantes brasileiros;
4. Estreitar cada vez mais a relação com as entidades educacionais com sede em Brasília

- para a implementação de ações em defesa da educação nos espaços Institucionais e na construção da Caravana da UNE;
5. Trabalho constante com a pasta da Tesouraria para ampliar a capacidade de captação de recursos para os projetos da gestão;
 6. Fortalecer a UNE utilizando a transversalidade das pastas na participação de Conselhos, Fóruns e Audiências que debatam os mais diversos temas (educação, juventude, cultura, etc).

4. Assistência Estudantil

1. Realização do seminário de Assistência Estudantil;
2. Realizar as etapas preparatórias em conjunto com a caravana em defesa da reforma universitária;
3. Construir o Seminário com todas as forças políticas que compõem a UNE, bem como com todas as pastas de diretoria, com as entidades de base e principalmente com as UEEs;
4. Construir uma cartilha com as pautas do seminário até metade do mês de Outubro, bem como toda a produção do material gráfico;
5. Indicativo de data: para o primeiro período de 2018 entre o final de Fevereiro e início de Março ou Maio;
6. Indicar o local da realização do Seminário até o dia 15 de Outubro de 2017.

5. Relações internacionais

1. Fortalecimento das relações com as organizações internacionais e nacionais de outros países do movimento camponês, de trabalhadores e de outros segmentos;
2. Denúncia da ação imperialista que ocorre desde fora do Brasil em nosso país e em nossa região, em articulação com setores do judiciário, executivo, legislativo e midiático;
3. Defesa da Amazônia e de nossas fronteiras bem como da nossa soberania e o direito à auto-determinação do nosso povo;
4. Realização de debates sobre a conjuntura internacional nas universidades, levando ao conhecimento acadêmico a realidade de questões como a guerra na Síria, as ameaças à democracia e soberania a Venezuela e ao nosso continente, etc;
5. Relançamento da campanha da UNE "Educação Não é Mercadoria" em conjunto com o Relançamento da mesma campanha na OCLAE "Educación No es Mercancía";
6. Luta contra os novos acordos transnacionais, as "novas ALCAs" e articulações do imperialismo e do mercado financeiro mundial contra os povos e em favor das elites econômicas que ameaçam setores como a educação e a economia geral dos países.

6. Mulheres

1. Construção de um material para o dia 28 de Setembro- dia da descriminalização do aborto;
2. Campanha e realização de rodas de conversa sobre a lei 181/15 (Projeto quer ampliar a licença maternidade para mães de bebês prematuros, mas retrocede no direito ao aborto);
3. A discussão do debate LBT e o feminismo;
4. A fomentação de coletivos feministas e o apoio e diálogo com os coletivos existentes nas universidades;
5. A participação da diretoria na caravana da UNE como espaço para mobilização e debate político para o EME;
6. Construção e apoio de campanhas ao longo da gestão;
7. Construção do EME para 30, 31, 01 de Março de 2018.

7. Movimentos Sociais

1. Construção e organização do Fórum Social Mundial que ocorrerá de 13 a 17 de março de 2018 na cidade de Salvador que tem o lema "Resistir é Criar, Resistir é Transformar". Os GTs já estabelecidos até então são: Mobilização, Comunicação, Economia Solidária,

- Infraestrutura, Finanças, Metodologia, Acampamento Internacional da Juventude, Cultura, Voluntários;
2. Participação e acompanhamento de todas as atividades e reuniões da Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo;
 3. Fortalecimento e construção do elo com os movimentos sociais através das atividades da entidade e paralelo a isso manter uma constante comunicação com estes, bem como construir reuniões e seminários da diretoria;
 4. Construir a caravana da UNE e fomentar a participação dos movimentos sociais das regiões por onde a caravana irá passar;
 5. Se somar as lutas do dia 03 de outubro, aniversário da Petrobrás. O ato nacional estará concentrado no Rio de Janeiro;
 6. Participar do Encontro Nacional do MAB, que ocorrerá entre 01 e 05 de outubro do Rio de Janeiro;
 7. Construir um seminário da diretoria de Movimentos Sociais no Conselho Nacional de Entidades de Base;
 8. Participar da construção da Plataforma Operária e Camponesa de Energia;
 9. Participar e fortalecer a jornada Latino-Americana de Resistência ao Neoliberalismo que ocorrerá entre os dias 16 a 18 em Montevidéu, Uruguai.

8. Universidades Públicas

1. Diálogo com os Movimentos Educacionais;
2. Relação com a OCLAE - Caravana de Políticas Educacionais - 100 anos de Córdoba e Relações sindicais;
3. Revista Acadêmica com produções em defesa da educação pública;
4. Relação com o Fórum Nacional Popular de Educação - e participar das Etapas Estaduais;
5. Realizar o 19 de Outubro como Dia Nacional em Defesa da Universidade Pública e Gratuita;
6. Articulação da UNE com a Frente Parlamentar das Universidades Públicas;
7. Material gráfico da UNE em defesa da Universidade Pública e Gratuita;
8. Defesa das Universidades Estaduais;
9. Defesa da Assistência Estudantil;
10. Defesa das Ações Afirmativas;
11. Defesa das novas Universidades - UNILA, UNILAB, etc;
12. Defesa do Orçamento Participativo nas universidades de forma a democratizar a gestão dos recursos;
13. Defesa das Licenciaturas;
14. Relação com o PIBID, PET, CNPq e agências fomentadoras de pesquisa;
15. Defesa dos espaços de convivência e da luta estudantil e sindical;
16. Fortalecer a Campanha - Conhecimento Sem Cortes;
17. Pensar em comitês em defesa da universidade pública e gratuita com o movimento sindical e estudantil.

9. Combate ao Racismo

1. Necessidade da UNE fazer o debate de segurança pública, a qual não deve ser lida apenas como Polícia e encarceramento, mas como um debate de cidade, urbanização, educação;
2. A defesa da liberdade de Rafael Braga, que representa muitos e muitas jovens negras vítimas de uma política de extermínio e encarceramento, e debate sobre o racismo institucional e o judiciário;
3. A redução da maioria penal voltou a ser pauta do avanço conservador, a UNE precisa estar presente na resistência, como esteve em 2015;
4. Estimular o debate sobre os cortes na educação, que impactam diretamente nas políticas de assistência e permanência estudantil. Entendendo que assistência estudantil não é apenas bolsa, moradia e restaurante universitário, mas deve acompanhar a saúde dos universitários negros e negras em especial saúde mental, através de núcleos de apoio;

5. Defesa das cotas na pós-graduação;
6. Acompanhar os processos de implementação das comissões de aferição de cotas nas universidades;
7. Defender a implementação da Lei 10639, de modo que os currículos de graduação contemplem o debate racial;
8. Defender a regulamentação do ensino privado;
9. Transversalização da pauta racial de maneira a observar que todos os espaços da UNE devem ter figuras que façam análises com o recorte racial;
10. Construção de espaços auto-organizados de negros e negras acompanhando o processo das caravanas;
11. Pré ENUNEs nas universidades e regionais, que pode ser o espaço de acompanhamento das caravanas;
12. Encontro de Negras e Negros da União Nacional dos Estudantes.

10. Jurídica

1. Articulação junto às demais diretorias, com objetivo de sustentar nossos projetos enquanto formulação apta a ser aplicada de forma imediata;
2. Lei do Estágio (11.788/2008): elaborar cartilha sobre a lei do estágio e criar mecanismo de fiscalização sobre as entidades empregadoras para coletar dados sobre a superprecarização do trabalho na carreira jurídica;
3. Atuação enquanto entidade representativa: articular possibilidades de atuar no judiciário;
4. Promoção de debates sobre o ensino jurídico, sobretudo nas universidades privadas e promoção de debates sobre formas de ingresso na carreira;
5. Eleições 2018: formulação de um programa mínimo de comprometimento com as pautas estudantis para os candidatos estaduais e federais;
6. Revista Jurídica da UNE: fazer, no mínimo, duas edições de uma revista acadêmica para que os estudantes de todo o país possam submeter artigos e análises sobre assuntos contemporâneos que envolvam a área do Direito;
7. Campanha permanente contra a criminalização da juventude e dos movimentos sociais;
8. Articular e compor fóruns de juristas e de movimentos sociais formados a partir do eixo de defesa da democracia e da garantia e promoção de direitos bem como Fórum de Universidades Privadas para fazer frente ao processo de superprivatização em curso no Brasil;
9. Participação ativa em audiências públicas: elaborar pareceres e/ou manifestos para incidir em audiências, bem como dar visibilidade para as ofensivas do Estado contra os estudantes e a juventude.

11. Extensão Universitária

1. Realização do 1 Seminário de Extensão Universitária da UNE;
2. Lutar contra os cortes e a privatização dos programas e apontando para a defesa da extensão de caráter popular;
3. Fortalecimento da articulação com as Federações, Executivas de curso e de mais entidades estudantis que pautam a extensão universitária.

12. Universidades privadas

1. Fiscalizar as universidades no sentido de garantir o tripé da universidade ensino, pesquisa e extensão, sendo obrigação da universidade proporcionar programas desse gênero aos estudantes e incentivar iniciativas estudantis que visem a extensão universitária;
2. Lutar para modificação da MP do FIES que na atual proposta vem a prejudicar ainda mais o estudante e não coloca medidas que visem contrapartida das universidades;
3. Defender e realizar audiências públicas nas principais universidades privadas sobre qualquer medida que venha a interferir no cotidiano universitário, de maneira a proporcionar ampla participação dos estudantes;
4. Fiscalizar as modificações recorrentes de grade curricular das universidades e informar os

- estudantes sobre o processo, defendendo a participação dos discentes nesses procedimentos que venham a interferir na qualidade do curso e conseqüentemente na demissão de professores;
5. Realizar campanha de permanência estudantil que apresente todos os pontos que vem acarretando a evasão, inclusive o desemprego, como as questões nacionais estão interferindo no cotidiano universitário;
 6. Realizar ciclo de debates sobre temas da realidade universitária;
 7. Regulamentação pedagógica e econômica do ensino à distância. O uso das tecnologias da informação e comunicação possuem vantagens que precisam ser positivamente exploradas para a construção de novos modelos educacionais e a consolidação de novas metodologias de ensino; defender que nos cursos presenciais que possuem disciplinas EAD os estudantes possam optar por ela presencial;
 8. Apresentar proposta de lei que impeça a cobrança de taxas abusivas nas universidades que vão além da mensalidade, como por exemplo atestado de matrícula e provas em segunda chamada;
 9. Construção de um plano de prestação de contas das universidades particulares para expansão dos materiais construídos com as principais dúvidas dos acadêmicos referente ao aumento das mensalidades e planilhas de custos;
 10. Estruturação de um projeto pedagógico que contemple a opinião dos estudantes a respeito dos modelos educacionais vigentes e que contemple visões de uma educação emancipadora e libertária, além de pensar e construir opinião acerca da interdisciplinaridade curricular;
 11. Democratização interna das instituições privadas, paridade nos conselhos superiores, implantação do Orçamento Participativo Universitário, eleições diretas e paritárias para as reitorias, unidades acadêmicas e coordenações de cursos;
 12. Articulação política com associações de reitores, professores e funcionários de universidades privadas;
 13. Lutar pela aprovação da PL 6489/2006 de mensalidades da UNE, que regulamenta a cobrança de mensalidades;
 14. Construir encontros nacionais e fomentar encontros estaduais de estudantes do ProUni e do FIES nos fóruns da UNE e das UEEs, além de pensar em formas de aproximação constante com estudantes beneficiários destes programas e defender sua manutenção visando a permanência dos estudantes no ensino superior;
 15. Fiscalizar nas universidades particulares as comissões de acompanhamento Locais, Estaduais e Nacional do ProUni e FIES – COLAP/CONAP;
 16. Luta pela expansão da bolsa-permanência a todos os estudantes prounistas (bolsa esta que deve ser um valor que garanta para os estudantes condições mínimas de transporte, moradia, alimentação e outros custos conseqüentes do dia-a-dia enquanto estudante), além da estruturação de equipamentos de assistência estudantil, como moradias, restaurantes universitários e creches;
 17. Combate aos tubarões de ensino e a desnacionalização do ensino superior com restrição de capital estrangeiro nessas instituições;
 18. Reestruturação do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior e criação do Instituto Nacional de Avaliação do Ensino Superior (INSAES), com fiscalização e participação das entidades estudantis. Criar mecanismos que impeçam os abusos dos empresários do ensino superior privado, o aumento das mensalidades, e dê a garantia de qualidade dos cursos e dos direitos dos estudantes, estabelecendo um maior controle por parte do Estado;
 19. Inserção da entidade no debate sobre privadas/comunitárias. Para tal, sugere-se o diálogo com a Associação Brasileira de Reitores das Universidades Comunitárias (ABRUC), apoio e fomento a iniciativas estudantis de debates sobre a pauta, além de acompanhar o processo de regulamentação das mesmas;
 20. Criar materiais da UNE que dialoguem com os estudantes das Universidades Particulares, facilitando a entrada e o enraizamento da entidade durante a Caravana da UNE, que acumulem para este debate específico;
 21. Defender, junto dos estudantes, a manutenção dos cursos de licenciatura, contra a precarização e o fechamento de turmas e turnos nas Universidades Particulares.

13. Políticas Educacionais

1. Repensar e reformular o papel político da pasta apontando a construção de um processo de mobilização que altere a correlação de forças para conseguir incidir no projeto de educação;
2. Para além da articulação com as entidades relacionadas ao ensino superior, é necessário fortalecer articulação política com as demais entidades da educação, como CNTE, grandes sindicatos da educação pública (como APEOESP, APP Sindicato, SindUTE-MG), da Educação de Jovens e Adultos, do PRONERA;
3. Contribuir com a todas as demais pastas da diretoria da UNE, de modo a contribuir com subsídio político para todas as pastas;
4. Formular sobre quais os novos desafios para a interiorização e popularização da universidade pública brasileira a partir de uma análise do acúmulo gerado pelo ProUni, FIES e ReUni;
5. Fortalecer a caravana e o conteúdo político do CONEB;
6. Construir o fórum nacional popular de educação;
7. Retomar e enraizar o legado político da Reforma de Córdoba;
8. Interface com as pastas de mulheres, combate ao racismo, LGBT, assistência estudantil e RI

14. Direitos Humanos

1. Construção de um seminário em conjunto com a pasta de movimentos sociais durante a gestão;
2. Necessidade de transversalidade com as pastas de combate às opressões: mulheres, LGBTs, e combate ao racismo;
3. Todas as ações da pasta vão se dedicar ao enfrentamento do projeto de Temer;
4. Campanha contra a criminalização dos movimentos sociais a partir da campanha: #lutarnãoécrime;
5. Lutar em defesa da Amazônia e dos povos originários;
6. Participação a UNE na OIDH em Montevidéu, 23 e 24 de outubro;
7. Indicativo de lutas para a caravana da UNE: a PEC do aborto, cura gay, redução da maioria penal, criminalização dos movimentos sociais e direitos dos povos e comunidades tradicionais;
8. Construção de uma articulação com as demais pastas contra os retrocessos e retirada de direitos.

15. Políticas de Juventude

1. Consolidação e manutenção de políticas conquistadas no último período como: o direito a meia entrada, as bolsas de extensão e demais políticas de juventude;
2. Criação de novos mecanismos de efetivação de políticas públicas voltadas para o jovem estudante;
3. Criação de diretorias de PPJs em todas as UEEs existentes ou em processo de fundação;
4. Lutar pela construção de um Plano Nacional de Políticas Públicas para a juventude;
5. Organização e realização do Primeiro Encontro Nacional de Gestores de Políticas Públicas da UNE;
6. Articulação da pasta com as frentes populares e movimentos sociais;
7. Explorar as plataformas digitais midiáticas da UNE para divulgação e capacitação a cerca de PPJs;
8. Efetivar o debate sobre a criminalização da juventude negra e periférica;
9. Fazer o debate sobre a descriminalização das drogas;
10. Envolvimento da pasta de PPJs na construção da Caravana da UNE no próximo período.

16. Cultura

1. Construção da 11ª Bienal de Arte e Cultura da UNE; (Previsão: 1o semestre 2019).
2. Caravana da UNE em Defesa da Universidade Pública e da Soberania Nacional;
3. Manifesto da UNE em defesa da Educação Pública com assinatura de artistas;
4. Realizar uma campanha contra as portarias que proíbem as festas e manifestações culturais nos campi das universidades públicas;
5. Mapear os equipamentos culturais das universidades públicas e realizar campanha para democratização do uso desses equipamentos pelos estudantes;
6. Construção de um circuito de festivais universitários nas calouradas que circule com produção artística dos estudantes;
7. Fortalecer a rede do CUCA da UNE;
8. Estímulo a realização das pré-bienais;
9. Seminário e assembleia do CUCA da UNE;
10. Interação com coletivos e redes de cultura nas universidades;
11. Festival audiovisual Universitário;
12. Ajudar na construção do fórum de gestores culturais das Instituições de Ensino Superior com objetivo de defender programas como o “Mais cultura nas universidades”.
13. Construir campanhas em defesa da democracia, da juventude e do Brasil em conjunto com artistas e com o movimento social das culturas.

17. UNEs e vices UNE

1. Fortalecimento para a criação da lei nacional contra as cobranças de taxas abusivas nas faculdades privadas;
2. Fortalecimento e defesa da assistência estudantil;
3. Fortalecimento das entidades de base: CAs, DAs e DCEs;
4. Colocar as entidades estaduais como protagonistas do processo de organização das caravanas, em fomento com as faculdades públicas e privadas;
5. Regulamentação da lei da meia entrada nas instâncias estaduais e municipais, fiscalizando e inibindo as entidades cartoriais.